

Migração amplia influência do DF

Depois de São Paulo, Brasília é a cidade que tem atraído o maior número de migrantes em busca de melhores condições de vida nos últimos anos. Além de possuir a maior renda per capita do País, detém o quarto poder de compra da América Latina. Por isso, a área de influência do DF está aumentando, gradativamente, em direção ao norte, avançando sobre um território que antes era polarizado por Belém (PA). Esta migração, porém, está gerando sérios problemas.

O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), em conjunto com o IBGE e a Unicamp, está desenvolvendo um estudo inédito - "Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil" -, que identifica os problemas de ocupação de várias áreas do País e propõe soluções eficazes a partir de exemplos de alguns estados. Entre os principais problemas encontrados estão a falta de infra-estrutura para atender às populações de migrantes e todas as suas implicações sociais.

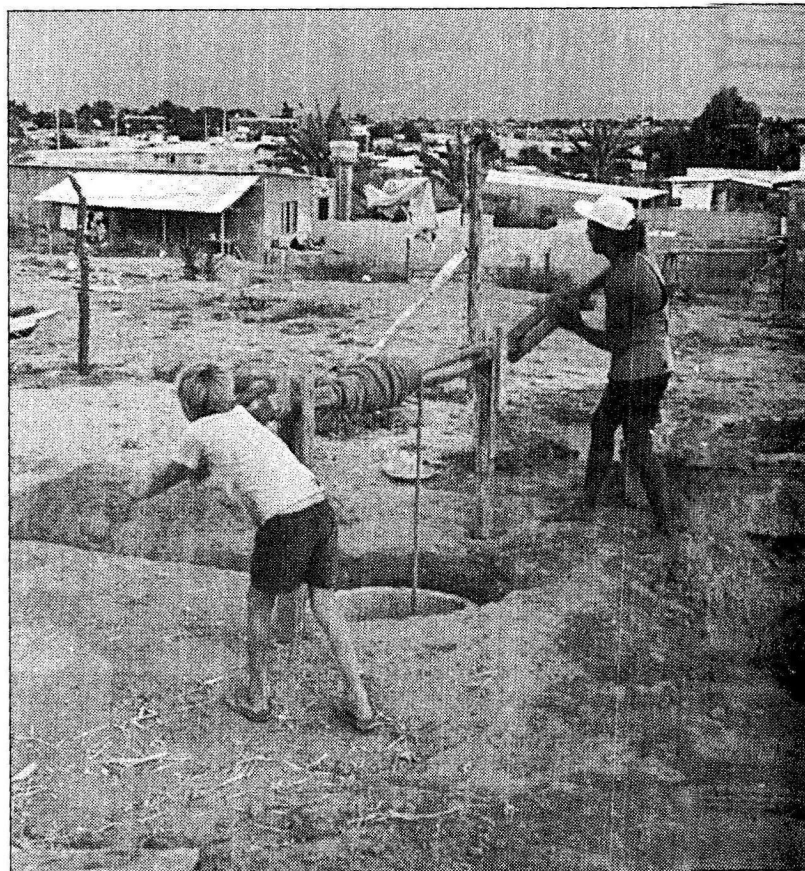
"Quando chegam a Brasília, os migrantes se deparam com uma realidade muito distante da que sonharam encontrar: 50% das terras do Distrito Federal não podem ser destinadas à ocupação urbana, por serem áreas públicas ou de preservação ambiental. Isto torna os terrenos da região os mais caros de todo o País, inacessíveis a famílias de baixa renda. Sem opção, elas se dirigem ao Entorno ou constroem suas casas em loteamentos irregu-

lares", explica Diana Meirelles, coordenadora da pesquisa.

Para se ter uma idéia, só nos últimos dois anos a população do Entorno cresceu 16,4%, segundo dados do IBGE. Desde 1980, esta região tem apresentado os maiores índices de crescimento populacional do Brasil. As áreas de ocupação irregular - favelas, condomínios etc - já totalizam 335 quilômetros quadrados. "Esta ocupação, totalmente fora do planejamento feito para o Distrito Federal, tem trazido muitos problemas habitacionais e sociais, que precisam de soluções rápidas", afirma Diana Meirelles.

Estas famílias de migrantes, apesar de morarem fora de Brasília, dependem totalmente da cidade para viver. "O Distrito Federal é quem fornece emprego, atendimento hospitalar, educação, transporte e serviços para todas estas famílias. O que acontece é que os instrumentos de planejamento e gestão urbana e as normas rígidas que nortearam a ocupação da cidade se mostraram incoerentes com o seu dinamismo e crescimento", explica Diana.

Segundo ela, o melhor exemplo de política de atendimento a populações de baixa renda está na região metropolitana de Recife, em Pernambuco. "Lá, 60% da população vive em favelas. Os programas de planejamento habitacional e atendimento das necessidades destas pessoas são realizados com extrema interação entre governo e



Migração: novos moradores, sem nenhuma infra-estrutura

comunidade. É este exemplo que os outros estados têm de seguir, se não quiserem fracassar nas suas experiências", diz a arquiteta.

A solução mais eficaz para os problemas da ocupação desordenada de terras, acredita Diana, são os consórcios intermunicipais. "No Paraná, isto tem dado excelentes resultados. Os consórcios podem resolver uma série de questões de interesse mútuo dos parti-

cipantes, como habitação, saúde, assistência social, educação etc, por meio do intercâmbio de profissionais especializados, mão-de-obra e recursos materiais, com custos muito menores. No caso do Distrito Federal, um consórcio com Goiânia poderia ser muito proveitoso", sugere.

VALÉRIA FEITOZA

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA